



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

Termo de Referência

1. OBJETO

1.1. Aquisição de Certificados Digitais dos tipos: SSL Wildcard e E-CNPJ ICP-Brasil.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. CERTIFICADO SSL WILDCARD

O certificado SSL Wildcard autentica um domínio de internet e infinitos subdomínios (um nível). Garante autenticidade, privacidade e integridade na transmissão dos dados, proporcionando aos visitantes e usuários a garantia de que estão acessando um serviço WEB do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

Atualmente existem 4 (quatro) certificados SSL Wildcard em uso no site principal do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, válidos até agosto de 2023.

Sendo assim, será necessária a aquisição de 08 (oito) certificados SSL Wild-card, a serem disponibilizados para distribuição no Poder Judiciário do MS, para atender as demandas de 2023/2024 e 2024/2025.

Dentre os benefícios resultantes desta contratação, destacamos:

- Estabelecer uma conexão segura entre os serviços WEB do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul e quem os consulta;
- Proteção dos dados enviados na navegação de internet e intranet.

Análise de mercado e respectivos valores:

Solução	Valor Total
08 Certificados Digitais SSL Wildcard - Certisign	R\$ 13.194,00
08 Certificados Digitais SSL Wildcard - Valid	R\$ 4.792,00
08 Certificados Digitais SSL Wildcard - Soluti	R\$ 11.460,80
08 Certificados Digitais SSL Wildcard – Online	R\$ 4.060,80



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

2.2. CERTIFICADOS DIGITAIS E-CNPJ ICP-BRASIL

O certificado digital E-CNPJ A3 ICP-Brasil é um documento eletrônico de identidade, emitido por empresa credenciada denominada Autoridade Certificadora, que garante a autenticidade dos emissores e destinatários de documentos e dados que trafegam na internet, bem como assegura a privacidade e a inviolabilidade destes.

Este certificado é vinculado ao CNPJ da instituição e seu representante legal.

Em função da mudança de administração do Tribunal de Justiça de MS para o biênio 2023/2024, 06 (seis) certificados digitais E-CNPJ ICP-Brasil precisam ser adquiridos, sendo 04 (quatro) do tipo A1 e 02 (dois) do tipo A3, considerando que:

- 02 (dois) certificados digitais do tipo A1, sendo um para cada ano da gestão, para serem utilizados para o CNPJ do Tribunal de Justiça de MS;
- 01 (hum) certificado digital do tipo A3 para ser utilizados para o CNPJ do Tribunal de Justiça de MS;
- 02 (dois) certificados digitais do tipo A1, sendo um para cada ano da gestão, para serem utilizados para o CNPJ do Fundo Especial para a Instalação, o Desenvolvimento e o Aperfeiçoamento dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais – FUNJECC.
- 01 (hum) certificado digital do tipo A3 para ser utilizados para o CNPJ do Fundo Especial para a Instalação, o Desenvolvimento e o Aperfeiçoamento dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais – FUNJECC.

Nestes certificados serão informados os dados do Presidente do Tribunal de Justiça de MS para o biênio 2023/2024.

As validações dos documentos necessários para emissão dos certificados são realizadas na presença do Presidente do Tribunal de Justiça de MS.

Dentre os benefícios resultantes desta contratação, destacamos:

- Acesso e envio de informações referentes ao CPNJ da instituição, em sistemas que exigem o uso de certificado digital, como por exemplo, a Conectividade Social da Caixa Econômica Federal.

Análise de mercado e respectivos valores:

Solução	Valor Total
04 (quatro) Certificados digitais E-CNPJ A1 ICP-Brasil, com validade de 1 (hum) ano e validação presencial – Certisign	R\$ 689,72



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

04 (quatro) Certificados digitais PJ A1 ICP-Brasil, com validade de 1 (hum) ano e validação presencial – Valid	R\$ 649,60
04 (quatro) Certificados digitais PJ A1 ICP-Brasil, com validade de 1 (hum) ano e validação presencial – Soluti	R\$ 639,60
04 (quatro) Certificados digitais E-CNPJ A1 ICP-Brasil, com validade de 1 (hum) ano e validação presencial – Online	R\$ 420,00
02 (dois) Certificados digitais E-CNPJ A3 ICP-Brasil, com validade de 3 (três) anos e validação presencial – Certisign	R\$ 697,36
02 (dois) Certificados digitais PJ A3 ICP-Brasil, com validade de 3 (três) anos e validação presencial – Valid	R\$ 544,60
02 (dois) Certificados digitais PJ A3 ICP-Brasil, com validade de 3 (três) anos e validação presencial – Soluti	R\$ 419,80
02 (dois) Certificados digitais E-CNPJ A3 ICP-Brasil, com validade de 3 (três) anos e validação presencial – Online	R\$240,00

Para esta contratação não haverá parcelamento do objeto e a demanda será totalmente atendida.

Devido ao fato de ser possível especificar o serviço e medir o desempenho de qualidade, usando parâmetros usuais de mercado, consideramos que esta contratação trata de um serviço/bem comum.

A contratação alinha-se ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTIC (2021-2022) nos Objetivos Estratégicos: OE2 – Promover e Fortalecer a Segurança da Informação e a Proteção de Dados e OE4 – Garantir e Aperfeiçoar a Infraestrutura e Soluções de TIC.

Foram realizados os Estudos Técnicos Preliminares da Contratação, conforme processo nº 159.587.304.0006/2023.

Considerando a legislação vigente e a natureza dos itens objetos desta contratação (serviços comuns) sugere-se que o procedimento seja realizado na modalidade de contratação direta por dispensa de licitação.

3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

Item	Descrição	Qtde
1	Certificado Digital SSL Wildcard - Validade de no mínimo 12 (doze) meses , a contar a partir de sua data de emissão; - Deve ser emitido por uma autoridade certificadora reconhecida pelos principais navegadores (Internet Explorer, Chrome, Firefox, Safari, Edge e Opera).	08
2	Certificado digital E-CNPJ A1 ICP-Brasil - Validade de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar a partir de sua data de emissão; - O certificado digital deve ser do tipo E-CNPJ, emitido por uma autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil e reconhecida pelos principais navegadores (Internet Explorer, Chrome, Firefox, Safari, Edge e Opera); - Deve permitir a sua instalação computador.	04
3	Certificado digital E-CNPJ A3 ICP-Brasil - Validade de, no mínimo, 3 (três) anos, a contar a partir de sua data de emissão; - O certificado digital deve ser do tipo E-CNPJ, emitido por uma autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil e reconhecida pelos principais navegadores (Internet Explorer, Chrome, Firefox, Safari, Edge e Opera); - Deve permitir a sua instalação em em mídia criptográfica (token).	02

Tabela I

Os certificados digitais SSL Wildcard devem permitir que a sua requisição seja feita através de um código Certificate Signing Request (CSR) fornecido pelo TJMS, com validação de documentos na cidade de Campo Grande – MS ou pela Internet.

4. CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1. O prazo para disponibilizar o agendamento para emissão dos certificados não poderá ultrapassar 15 (quinze) dias corridos, após o recebimento da respectiva Nota de Empenho pelo fornecedor ou seu representante.

4.2. A validade do certificado deverá ser contabilizada a partir de, no mínimo, sua data de emissão.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

4.3. A CONTRATADA deverá permitir o agendamento para validação de documentos necessários para a emissão de certificado através de um número de atendimento por telefone ou sítio eletrônico na internet.

4.4. A CONTRATADA deverá possuir um sítio eletrônico na internet contendo as informações necessárias para efetuar a emissão de certificado.

5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado, mediante emissão do certificado, em até 30 dias corridos após a emissão da Nota Fiscal e/ou Nota Fiscal Eletrônica de serviços, acompanhada por Atestado de Recebimento.

5.2. Havendo erro no documento de cobrança, este será devolvido para que a CONTRATADA tome as medidas necessárias, passando o prazo para pagamento a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

A nota fiscal/fatura deverá ser encaminhada para o e-mail sti.notas@tjms.jus.br.

6. GARANTIA

6.1. A CONTRATADA deverá fornecer:

- Certificados digitais SSL Wildcard com data de expiração de no mínimo 12 (doze) meses após a sua emissão;
- Certificados digitais E-CNPJ A1 ICP-Brasil com data de expiração de no mínimo 12 (doze) meses após a sua emissão;
- Certificados digitais E-CNPJ A3 ICP-Brasil com data de expiração de no mínimo 36 (trinta e seis) meses após a sua emissão.

7. ELEMENTOS PARA GESTÃO DO CONTRATO

7.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1.1. Garantir o prazo de validade do certificado.

7.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.2.1. Enviar para a CONTRATADA as cópias de documentação necessárias do representante legal do TJMS para validação do certificado.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

7.2.2. Processar e liquidar a fatura correspondente ao valor dos serviços efetivamente executados pela CONTRATADA.

7.2.3. Indica-se como gestor do contrato o Assessor Técnico Especializado da Secretaria de Tecnologia da Informação, servidor Rodrigo Cavalari Ferreira Brandão, lotado na Secretaria de Tecnologia da Informação.

7.2.4. Indica-se como fiscal do contrato o Coordenador de Segurança da Informação, servidor Luís Otávio Lima Júlio, lotado na Secretaria de Tecnologia da Informação.

8. SANÇÕES

8.1. Ao contratado que não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais, serão aplicadas, conforme a gravidade da falta cometida, as seguintes penalidades, além das contidas na lei 14.133/21:

8.1.1. Advertência;

8.1.2. Multa:

8.1.2.1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, caso haja atraso na entrega do objeto, até o máximo de 10 (dez) dias, a partir do qual poderá a Administração considerar inadimplida a obrigação, ensejando a consequente rescisão do contrato.

8.1.2.2. caso a Administração não rescinda o contrato, a multa moratória a contar do 11º (décimo primeiro) dia passa a ser de 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total da parcela inadimplida, até o efetivo recebimento do material, sem prejuízo do disposto no subitem anterior.

8.1.2.3. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, caso haja a recusa do seu recebimento, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.1.2.4. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato por inexecução total, ou sobre a parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial.

8.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

8.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

Campo Grande, 13 de abril de 2023.

Luis Otávio Lima Julio
 Integrante Demandante

Marco Antonio Rocha Vitorino
 Integrante Técnico - Coordenadoria de Segurança Cibernética

Henrique de Carvalho Correa Chaves
 Integrante Administrativo

APROVO.
 DE ACORDO:

Liriane Aparecida da Silva Nogueira
 Diretora da Secretaria de Informação